



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

CADERNO 3 ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Unidade Demandante:	Núcleo de Apoio a Programas Institucionais
Responsável:	Guilherme Peixoto Resende
e-mail do responsável	napi@trt3.jus.br ; guilhepr@trt3.jus.br
Telefone do responsável:	(31) 3228-7011
Integrante Demandante:	Guilherme Peixoto Resende
e-mail do Integrante Demandante:	napi@trt3.jus.br ; guilhepr@trt3.jus.br
Telefone do Integrante Demandante:	(31) 3228-7011
Unidade Requisitante:	Assessoria de Projetos e Contratações Especiais
Responsável:	Clara Angélica Vieira Passos Rocha
e-mail do responsável:	apce@trt3.jus.br ; elainecv@trt3.jus.br
Telefone do responsável:	(31) 3228-7006

I – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região possui quatro programas, criados por iniciativa do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, que integram a Política Judiciária Nacional de Trabalho Decente da Justiça do Trabalho: Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem; Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho – Programa Trabalho Seguro; Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade no âmbito da Justiça do Trabalho e Programa Nacional de Enfrentamento ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas e de Proteção ao Trabalho do Migrante.

O Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem foi instituído pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, por meio do Ato n. 419/2013, e possui como objetivo, na forma do art. 1º do aludido ato normativo, desenvolver, em caráter permanente, ações em prol da erradicação do trabalho infantil no Brasil e da adequada profissionalização do adolescente. Conforme consta no Documento de Formalização da Demanda, as ações em tela contam com a colaboração da Rede de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, constituída, dentre outras entidades públicas e privadas, por todos os órgãos da Justiça do Trabalho.

O Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho – Programa Trabalho Seguro, por sua vez, foi institucionalizado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, por meio da Resolução 324/2022, e, conforme art. 1º do referido ato normativo, tem por objetivo desenvolver, em caráter permanente, ações voltadas à promoção da saúde do trabalhador, à prevenção de acidentes de trabalho e ao fortalecimento da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho – PNSST. Consoante consta no Documento de Formalização da Demanda, trata-se de

uma iniciativa do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho, em parceria com diversas instituições públicas e privadas, visando à formulação e execução de projetos e ações nacionais voltados à prevenção de acidentes de trabalho e ao fortalecimento da PNSST.

Já o Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade no âmbito da Justiça do Trabalho foi instituído pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho por meio da Resolução 368/2023 e tem como objetivo, conforme art. 1º do referido ato normativo, afirmar o compromisso contínuo com a busca da promoção da equidade de raça, gênero, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, etária e de pessoas com deficiência, bem como das demais dimensões da diversidade nas relações sociais e de trabalho.

O Programa Nacional de Enfrentamento ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas e de Proteção ao Trabalho do Migrante, por seu turno, foi instituído pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, por meio da Resolução 367/2023, e tem como objetivo, na forma do art. 1º da aludida Resolução, desenvolver, em caráter permanente, ações voltadas à erradicação do trabalho escravo e do tráfico de pessoas, bem como à proteção do trabalho de pessoas migrantes.

Cite-se, ainda, a existência do Subcomitê de Atenção Integral à Saúde, instituído por este Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, por meio da Resolução GP n. 164/2020, o qual é responsável, entre outros, por implementar e gerir a Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário, em cooperação com a Diretoria de Gestão de Pessoas e a Secretaria de Saúde; fomentar os programas, projetos e ações vinculados à Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário, em conjunto com a Diretoria de Gestão de Pessoas e a Secretaria de Saúde; atuar na interlocução com o Conselho Nacional de Justiça, com a Rede de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário, com o Comitê Gestor Nacional de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário, com os colegiados afins de outros tribunais e com as instituições parceiras, compartilhando iniciativas, dificuldades, aprendizados e resultados e, promover, em cooperação com a Diretoria de Gestão de Pessoas e a Secretaria de Saúde, reuniões, encontros e eventos sobre temas relacionados à Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário (art. 3º da Resolução TRT 3 GP n. 164/2020).

Pois bem.

Conforme informado no Documento de Formalização de Demanda, atualmente, no Brasil, mais de 2 milhões de crianças e adolescentes são submetidos ao trabalho infantil. Aludido documento ressalta, ainda, com base em dados obtidos no sítio eletrônico da Organização Internacional do Trabalho, que o número de crianças ocupadas no Brasil representa quase 25% do total de crianças ocupadas na América Latina, o que demonstra a necessidade premente de adoção de medidas para acelerar o ritmo de eliminação do trabalho infantil no país.

Além disso, o Documento de Formalização da Demanda destaca, também com base em dados extraídos do sítio eletrônico da Organização Internacional do Trabalho, que *“entre 2012 e 2021, o Brasil registrou 22.954 mortes no mercado de trabalho”,* sendo que *“em 2021, foram comunicados 571,8 mil acidentes e 2.487 óbitos associados ao trabalho – um aumento de 30% em relação a 2020”* e que *“os afastamentos por motivo de doenças ocupacionais, transtornos mentais como depressão, estresse, ansiedade, permanecem elevados”*.

Decerto que a realização de campanhas, eventos e outras medidas preventivas de sensibilização acerca dos temas em tela, bem como a inclusão de conteúdos correlatos em cursos de capacitação inicial e continuada de magistrados e servidores constituem, entre outras medidas, ações necessárias à implementação dos referidos Programas e do Subcomitê de Atenção Integral à Saúde, aumentando a base de conhecimento e a conscientização sobre os conteúdos.

Neste contexto, conforme se verifica no Documento de Formalização da Demanda, este Regional, visando ampliar a discussão e a reflexão a respeito de temas tão caros, pretende promover, por meio da união de esforços entre os gestores das áreas supramencionadas, uma ação que divulgue e chame a atenção para esses temas, contribuindo, assim, para uma maior sensibilização e conscientização de magistrados, de servidores e da sociedade em geral, e, indiretamente, para a implementação dos sobreditos Programas e dos objetivos do Subcomitê de Atenção Integral à Saúde.

Registra o Documento de Formalização da Demanda, que, desde 2023, este Regional promove a *“Caminhada pelo Trabalho Decente e pela Saúde”*, evento este que sempre contou expressiva participação das pessoas. Considerando o sucesso deste evento em 2023 e em 2024, os gestores dos Programas Institucionais e do Subcomitê de Atenção Integral à Saúde pretendem que a caminhada seja novamente realizada em 2025.

Conforme informado no Documento de Formalização da Demanda, na abertura deste evento esportivo, haverá a apresentação dos Programas Institucionais deste Tribunal, suas finalidades e entidades parceiras, seguida da realização da caminhada. Serão distribuídos materiais informativos e Kits com camisetas para maior visibilidade e engajamento dos participantes, garantindo que o evento seja amplamente percebido na cidade e desperte o interesse da sociedade.

Consta, ainda, no Documento de Formalização da Demanda, que a *“proposta da caminhada busca atrair um público expressivo, estimular a prática de atividades físicas e promover um estilo de vida saudável”*, e que ela ainda representa *“uma oportunidade de integração social entre magistrados, servidores, terceirizados e a sociedade, destacando a importância de um ambiente de trabalho digno e seguro, da prática esportiva e da promoção de temas como: trabalho decente, prevenção de acidentes do trabalho, combate ao trabalho infantil e estímulo à aprendizagem, equidade de raça, gênero e diversidade, proteção ao trabalho do migrante e erradicação do trabalho escravo e do tráfico de pessoas”*.

II - PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANEJAMENTO DO TRT

A contratação está correlacionada ao Objetivo Estratégico 02 do Plano Estratégico 2021-2026 – Promover o Trabalho Decente e a Sustentabilidade, o qual visa promover ambientes de trabalho seguros e protegidos, a dignificação do trabalhador, a não discriminação de gêneros, raça e diversidade, o combate ao trabalho infantil, bem como a gestão e o uso sustentável, eficiente e eficaz dos recursos sociais, ambientais e econômicos, visando ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas – Agenda 2030.

II.1 - PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL DO TRT

A contratação está prevista no Plano de Contratações Anual – PCA 2025 – item 20.

II.2 - PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PDTIC DO TRT

Não se aplica, tendo em vista não se tratar de contratação de Tecnologia da Informação.

III – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Quais os requisitos necessários para o atendimento da necessidade?

Conforme consta no Documento de Formalização da Demanda, este Tribunal, no decorrer dos anos, vem desenvolvendo várias ações e projetos em prol da erradicação do trabalho infantil e do estímulo à aprendizagem, da promoção do trabalho seguro, da saúde e qualidade de vida no ambiente de trabalho, do enfrentamento ao trabalho escravo, ao tráfico de pessoas e proteção ao trabalho do migrante e da promoção à equidade de raça, gênero e diversidade. Dentre estas ações, pode-se citar a confecção e a distribuição de cartilhas, parcerias com órgãos e entidades, oficinas, seminários, palestras, exposições, entre outros.

Para o ano de 2025, os Gestores Regionais dos Programas de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem, de Prevenção de Acidentes de Trabalho – Programa Trabalho Seguro, de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade, de Enfrentamento ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas e de Proteção ao Trabalho do Migrante, em conjunto com a Coordenadoria do Subcomitê de Atenção Integral à Saúde, em sua discricionariedade, optaram pela realização de um evento esportivo, mais especificamente uma caminhada, a qual possui amplo potencial de impacto e repercussão, sendo, portanto, ideal para a divulgação da importância da saúde e da segurança do trabalho, do combate ao trabalho infantil e o estímulo à aprendizagem, do combate ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas, da proteção ao trabalho do migrante e da equidade de raça, gênero e diversidade nas relações sociais e de trabalho, além de incentivar a prática de exercícios físicos, fundamentais para uma boa qualidade de vida.

Saliente-se que, dentre os vários eventos esportivos passíveis de realização, deu-se preferência à caminhada, por ser considerada a atividade mais democrática, com maior potencial de inclusão e alcance, tendo em vista que outros esportes mais específicos poderiam constituir um limitador de público. Considerou-se, ainda, fazer uma corrida em conjunto com a caminhada, porém, devido a questões orçamentárias (já que seus custos são mais altos), decidiu-se pela realização da caminhada, somente.

A escolha pela realização da caminhada este ano também guardou amparo no sucesso deste evento, realizado em 2023 e em 2024, o qual contou com a expressiva participação das pessoas, com momentos destinados à divulgação dos Programas Institucionais, estimulando a reflexão e a conscientização da sociedade acerca de temas de tamanha relevância, além de promover a saúde do público em geral, por meio da prática do esporte.

Tendo em vista a impossibilidade de promoção do evento apenas com recursos humanos próprios, pela sua insuficiência, bem como por não dotar da expertise necessária para tanto, indispensável a contratação de empresa do ramo apta a disponibilizar toda a infraestrutura necessária para a realização da caminhada.

Para tanto, pretende-se uma contratação por escopo e, como requisitos necessários, entende-se que o evento esportivo seja dotado de estrutura que atenda com conforto e segurança a um público estimado de 1.500 (mil e quinhentas) pessoas, em um trajeto de 3 (três) quilômetros, conforme Anexo III – Objeto, Gestor e Fiscal.

Ressalte-se que, em 2023 e 2024, o evento esportivo foi realizado para um público estimado de 2.000 (duas mil) pessoas, também em um percurso de 3 (três) quilômetros. Este ano, contudo, em razão de restrições orçamentárias, o público estimado foi reduzido para 1.500 (mil e quinhentas) pessoas.

Caso a quantidade de fornecedores seja restrita, quais são os requisitos que limitam a participação? Esses requisitos são realmente indispensáveis?

Após análise de mercado, verificou-se a existência de várias empresas locais e nacionais especializadas em produção e organização de caminhada de rua.

Qual a data limite para o atendimento da necessidade?

A caminhada deve ocorrer em 26 de outubro de 2025, preferencialmente, ou em 16 de novembro de 2025, devendo a contratação ser finalizada até julho de 2025.

IV – ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS

Quais são as estimativas das quantidades para a contratação? Essas estimativas devem ser acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte.

Para o ano de 2025, os Gestores Regionais dos Programas, em conjunto com a Coordenadoria do Subcomitê de Atenção Integral à Saúde, optaram por promover um evento esportivo (caminhada) para 1.500 (mil e quinhentas) pessoas, em um percurso de 3 (três) quilômetros, buscando-se atingir um público considerável, o maior possível, a fim de passar as mensagens relativas à importância do trabalho seguro, da qualidade de vida no trabalho, do combate ao trabalho infantil e do estímulo à aprendizagem, da equidade de gênero, raça e diversidade nas relações sociais e de trabalho, e de combate ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas e de proteção ao trabalho do migrante.

Ressalte-se que, em 2023 e em 2024, o evento esportivo foi realizado para um público estimado de 2.000 (duas mil) pessoas, em um percurso de também 3 (três) quilômetros. Este ano, contudo, em razão de restrições orçamentárias, o público estimado foi reduzido para 1.500 (mil e quinhentas) pessoas.

Sobreleva destacar que, em observância aos princípios da razoabilidade e da economicidade, optou-se por uma estrutura de evento mais simples e enxuta e distribuição de kits básicos, de modo a privilegiar o quesito relativo ao quantitativo do público, tão importante para o atendimento do objetivo final.

Dessa forma, deverá ser observada a quantidade de itens necessária para atender ao público estimado de 1.500 (mil e quinhentas) pessoas, em um percurso de 3 (três) quilômetros, conforme detalhado no Anexo I - Relação de Itens e Quantidades.

Destaque-se que, para definição do quantitativo de itens necessários à realização do evento, com conforto e segurança, para 1.500 (mil e quinhentas) pessoas, em um percurso de 3 (três) quilômetros, foram observados os mesmos itens e quantitativos definidos para a contratação de 2024, a qual possuía idêntico percurso e público estimado de 2.000 (duas mil) pessoas, feitas as devidas correções para o quantitativo de 1.500 (mil e quinhentas) pessoas, tais como nos itens camisas, medalhas e números de peito, além de pequenos ajustes/acréscimos de itens, para aprimoramento da prestação dos serviços, haja vista a experiência anterior, conforme Anexo I - Relação de Itens e Quantidades.

Por ser um evento de grande proporção, a ser realizado em área pública, que não dispõe de estrutura física instalada e adequada, se faz necessária a locação de materiais, equipamentos e serviços, visando ao conforto e à segurança dos participantes.

Desse modo, o evento esportivo demandará a instalação de estruturas como palco e tendas, equipamento de sonorização, colocação de grades de proteção e cones para demarcação e isolamento das vias públicas, instalação de banheiros químicos, contratação de pessoal para trabalhar no evento, além de necessidade de alvarás e autorizações junto a órgãos públicos.

Foram consideradas interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala?

Não há outras contratações (eventos esportivos) em andamento neste Tribunal que possuam interdependência com a presente e/ou sejam capazes de possibilitar uma economia de escala.

V – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Qual a justificativa para a contratação?

A realização de um evento esportivo está fundada na necessidade de ampliar a discussão e a reflexão a respeito de temas tão sensíveis e caros, relativos aos Programas de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem, de Prevenção de Acidentes de Trabalho – Programa Trabalho Seguro, de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade, de Enfrentamento ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas e de Proteção ao Trabalho do Migrante e ao Subcomitê de Atenção Integral à Saúde.

Entre os diversos tipos de ações possíveis de serem implementadas, a realização de um evento esportivo possui amplo potencial de impacto e repercussão, sendo, portanto, ideal para a divulgação das matérias das referidas áreas, estimulando a reflexão e a conscientização da sociedade acerca de temas de tamanha relevância, além de promover a saúde do público em geral, por meio da prática do esporte.

Quais as soluções disponíveis no mercado (produtos, fornecedores, fabricantes, etc.) que atendem aos requisitos especificados?

Para o ano de 2025, os Gestores Regionais dos Programas, em conjunto com a Coordenadoria do Subcomitê de Atenção Integral à Saúde, optaram por promover uma caminhada para 1.500 (mil e quinhentas) pessoas, em um percurso de 3 (três) quilômetros, a fim de passar as mensagens relativas à importância do trabalho seguro, da qualidade de vida no trabalho, do combate ao trabalho infantil e do estímulo à aprendizagem, da equidade de gênero, raça e diversidade nas relações sociais e de trabalho, e de combate ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas e de proteção ao trabalho do migrante.

Saliente-se que, dentre os vários eventos esportivos passíveis de realização, deu-se preferência à caminhada, por ser considerada a atividade mais democrática, com maior potencial de inclusão e alcance, tendo em vista que outros esportes mais específicos poderiam constituir um limitador de público.

Considerou-se, ainda, fazer uma corrida em conjunto com a caminhada, porém, devido a questões orçamentárias (já que seus custos são mais altos), decidiu-se pela realização da caminhada, somente.

É possível encontrar no mercado empresas que disponibilizam os itens necessários à realização da caminhada, de forma isolada, e há também empresas especializadas na produção e organização de eventos esportivos, que entregam o evento completo, sendo essa última a solução que a equipe de planejamento da contratação julga a mais apropriada.

Quais as justificativas técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar?

Tendo em vista a necessidade de todos os itens necessários à realização da caminhada serem fornecidos em etapa única, de forma coordenada, visando garantir a qualidade do serviço, optou-se pela contratação de empresa especializada na produção e organização de eventos esportivos, conforme realizado nas contratações de 2023 e de 2024, em detrimento da contratação dos itens separadamente.

Além da importância de o evento ficar sob a responsabilidade de uma só empresa, a aquisição/locação dos itens de forma isolada poderia fazer com que alguns deles restassem desertos ou fracassados, comprometendo ou até mesmo inviabilizando a sua realização.

Ademais, efetuar diversas contratações para serem executadas de forma concomitante aumenta o risco associado ao evento. Se um dos contratados não cumprir o ajuste, a realização do evento restará comprometida.

A escolha de uma única empresa também é mais econômica, já que possibilita a economia de escala.

Revela-se, pois, adequada para a contratação a abertura de certame licitatório, em grupo único.

Quais são as normas que disciplinam o objeto da contratação?

As caminhadas e corridas de rua são regulamentadas por normas da Confederação Brasileira de Atletismo - CBAT. Em Minas Gerais, o órgão responsável pela autorização e fiscalização dos eventos é a Federação Mineira de Atletismo – FMA.

A Lei 14.133/2021 e a Resolução n. 310/CSJT, de 24 de setembro de 2021 - Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho - também disciplinam a contratação pretendida.

Há registro de ocorrências negativas ocorridas em contratações anteriores similares?

Sim. Em 2024, houve o descumprimento de alguns itens pela empresa contratada, a qual foi penalizada à época.

Quais ações podem ser adotadas para evitar a repetição das ocorrências negativas supracitadas?

Após a assinatura do contrato, há a previsão de realização de reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (item 6.5 do Termo de Referência).

Há necessidade de que a atual contratada transfira conhecimento, técnicas ou tecnologias para a nova contratada?

Não se aplica.

Há necessidade de insumos cuja previsibilidade não seja possível neste momento? Quais mecanismos devem ser incluídos no TR para tratar desta questão?

Não. Todos os itens necessários à realização do evento foram previstos neste estudo e no Termo de Referência.

Há contratações similares feitas por outras entidades que possam ser usadas como fonte para pesquisa de novas metodologias, tecnologias ou inovações?

Não.

VI – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Trata-se de bens e serviços em geral?

Sim.

Qual o método utilizado para estimar as quantidades a serem contratadas? Como este método está documentado?

Conforme já referenciado, em 2023 e em 2024, a caminhada foi realizada para um público estimado de 2.000 (duas mil) pessoas, em um percurso de 3 (três) quilômetros. Este ano, contudo, em razão de restrições orçamentárias, o público estimado foi reduzido para 1.500 (mil e quinhentas) pessoas, mantendo-se o percurso de 3 (três) quilômetros.

Este quantitativo de participantes levou em consideração, pois, o orçamento disponível para o evento em 2025, após pesquisa de preços, e o desejo de se atingir um público relevante, o maior possível. Além disso, não serão cobradas taxas para as inscrições, o que potencializa a participação dos interessados.

Para a definição do quantitativo de itens necessários à realização do evento, com conforto e segurança, para 1.500 (mil e quinhentas) pessoas, em um percurso de 3 (três) quilômetros, como já realçado, foram observados os mesmos itens e quantitativos definidos para a contratação de 2024, a qual possuía idêntico percurso e público estimado de 2.000 (duas mil) pessoas, feitas as devidas correções para o quantitativo de 1.500 (mil e quinhentas) pessoas, tais como nos itens camisas, medalhas e números de peito, além de pequenos ajustes/acréscimos de itens, para aprimoramento da prestação dos serviços, haja vista a experiência anterior, conforme Anexo I - Relação de Itens e Quantidades.

A estimativa do valor da contratação utilizou quais fontes para sua definição?

Inicialmente, foram procurados preços na ferramenta de busca do Banco de Preços, o qual consiste num banco de dados que reúne, dentre outros, os preços constantes nos sistemas oficiais do governo, contratações similares da Administração Pública e de sítios eletrônicos e mídias especializadas, em cumprimento ao art. 5º da IN 65/2021.

No entanto, como a contratação tem características próprias, bem específicas, diferindo das outras, em alguns momentos, quanto ao quantitativo de participantes, e em outros, quanto aos itens a serem contratados, o que impacta diretamente nos valores, não se mostrou conveniente a utilização de tais preços, conforme Anexo IV – Banco de Preços.

Portanto, em razão da especificidade do objeto, foi feita pesquisa direta com fornecedores.

Com relação à pesquisa direta com fornecedores, é importante destacar que a equipe de planejamento da contratação teve bastante dificuldade na obtenção de orçamentos.

É sabido que os fornecedores, em geral, sabendo que os órgãos têm a obrigação de realizar licitação para suas contratações, usualmente não atendem aos pedidos de orçamentos. Esta dificuldade é ainda maior junto aos prestadores de serviços, uma vez que os orçamentos de serviços costumam ser mais elaborados ou dependem de mais estudos do que aqueles de fornecimento de mercadorias. Acrescenta-se, ainda, neste caso, o grande número de itens necessários para a realização do evento. Como se verá, são 80 itens, cuja contratação será necessária para a perfeita execução dos trabalhos.

Na sequência, será possível verificar que muitas empresas foram contatadas, em mais de uma oportunidade, para a solicitação de orçamentos, mas a grande maioria não apresentou preços para os serviços (Anexos VI e VII deste estudo técnico preliminar).

É viável realizar a pesquisa de mercado?

Sim.

É adequada a pesquisa de preços pela técnica de avaliação de preços praticados no mercado pelo próprio fornecedor?

Não se aplica, pois não se trata de inexigibilidade.

No caso de preços praticados pelo próprio fornecedor, há parâmetros que permitam aferir sua razoabilidade?

Não se aplica.

Foram encontrados preços de objetos similares no PNCP?

Inicialmente, foram procurados preços na ferramenta de busca do Banco de Preços, o qual consiste num banco de dados que reúne, dentre outros, os preços constantes nos sistemas oficiais do governo, contratações similares da Administração Pública e de sítios eletrônicos e mídias especializadas, em cumprimento ao art. 5º da IN 65/2021.

No entanto, como a contratação tem características próprias, bem específicas, diferindo das outras, em alguns momentos, quanto ao quantitativo de participantes, e em outros, quanto aos itens a serem contratados, o que impacta diretamente nos valores, não se mostrou conveniente a utilização de tais preços, conforme Anexo IV – Banco de Preços.

É adequada a pesquisa de preços praticados pelo mercado?

Sim. Como já apontado, diante da especificidade do objeto, os preços obtidos junto aos prestadores de serviços são a principal fonte de preços para estimar o valor referencial.

Foram encontrados preços de objetos similares ofertados na internet?

Não. Haja vista a especificidade do objeto, que tem características próprias, em razão do local onde será realizado, número de participantes, número de etapas e outros fatores.

Foram obtidos preços diretamente junto aos fornecedores?

Sim, conforme documentação juntada aos autos.

Foram feitos pedidos de orçamentos em maio de 2025, com fornecedores locais e também com empresas de outros estados com ampla experiência e *know how*, após pesquisa na *internet* (Anexo VI – Pedidos de orçamentos enviados).

Contudo, embora tenham sido encaminhados pedidos de orçamento para diversas empresas, os quais foram todos reiterados em 20 de maio de 2025, somente 5 (cinco) enviaram suas cotações (Anexo VII – Orçamentos recebidos):

Empresa	Data da solicitação de Orçamento	Data da reiteração do pedido de orçamento	Forneceu o orçamento?	Data do Orçamento	Observação
Empresa 6	8/5/2025	20/5/2025	Não		Não respondeu
Empresa 7	8/5/2025	20/5/2025	Não		Não respondeu
Empresa 3	8/5/2025	20/5/2025	Sim	23/5/2025	Orçamento enviado
Empresa 8	8/5/2025	20/5/2025	Não		Não respondeu
Empresa 9	8/5/2025	20/5/2025	Não		Não respondeu
Empresa 10	8/5/2025	20/5/2025	Não		Não respondeu
Empresa 5	8/5/2025	20/5/2025	Sim	26/5/2025	Orçamento enviado
Empresa 11	8/5/2025	20/5/2025	Não		Não respondeu
Empresa 12	8/5/2025	20/5/2025	Não		Não respondeu
Empresa 13	8/5/2025	20/5/2025	Não		Não respondeu
Empresa 14	8/5/2025	20/5/2025	Não		Não respondeu
Empresa 15	8/5/2025	20/5/2025	Não		Respondeu que não poderá atender ao pedido
Empresa 16	8/5/2025	20/5/2025	Não		Não

					respondeu
Empresa 17	8/5/2025	20/5/2025	Não		Não respondeu
Empresa 18	8/5/2025	20/5/2025	Não		Não respondeu
Empresa 19	8/5/2025	20/5/2025	Não		Não respondeu
Empresa 20	8/5/2025	20/5/2025	Não		Não respondeu
Empresa 21	8/5/2025	20/5/2025	Não		Não respondeu
Empresa 1	8/5/2025	-	Sim	22/5/2025	Orçamento enviado
Empresa 22	8/5/2025	20/5/2025	Não		Não respondeu
Empresa 2	9/5/2025	20/5/2025	Sim	20/5/2025	Orçamento enviado
Empresa 4	8/5/2025	20/5/2025	Sim	30/5/2025	Orçamento enviado
Empresa 23	8/5/2025		Não		Informou que não organiza eventos diretamente, apenas oferece estrutura para inscrição e gestão
Empresa 24	8/5/2025	20/5/2025	Não		Solicitou mais informações sobre o evento, mas não retornou o orçamento.
Empresa 25	8/5/2025	20/5/2025	Não		Não respondeu
Empresa 26	8/5/2025	20/5/2025	Não		Não respondeu
Empresa 27	8/5/2025	20/5/2025	Não		Não podem atender ao Tribunal, pois já possuem outros eventos agendados para a data

É importante destacar, também, que a equipe de planejamento da contratação teve grandes dificuldades com a pesquisa de preços.

Isso porque, para a contratação em pauta, é necessária a contratação de oitenta itens, dos mais variados, apresentando-se um grande desafio. Além disso, como já apontado, não há interesse das empresas em ofertar orçamentos, uma vez que sabem que não serão contratadas para a execução dos serviços, diante da obrigatoriedade de realização de licitação pelos órgãos públicos.

Além dessas dificuldades, outro ponto a se registrar é a considerável discrepância de valores entre os orçamentos encaminhados, conforme tabela a seguir:

Empresa	Data do Orçamento	Valor do Orçamento
Empresa 4	30/5/2025	[REDACTED]
Empresa 5	26/5/2025	[REDACTED]
Empresa 3	23/5/2025	[REDACTED]
Empresa 1	22/5/2025	[REDACTED]
Empresa 2	20/5/2025	[REDACTED]

Veja-se que a diferença entre o menor valor e o maior valor apresentados é de mais de 75%, o que denota a considerável discrepância entre os orçamentos.

Acresça, ainda, o fato de que, em pesquisa realizada no Portal de Compras, verificou-se que a atribuição de sigilo ao valor estimado da contratação no processo licitatório de 2024 promovido por este Regional não afastou a participação de interessados no certame, conforme se observa em <https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra?compra=08000805900142024>

Diante do exposto, haja vista a ausência de quantitativo robusto de orçamentos enviados e a considerável discrepância de valores entre as cotações encaminhadas, propõe-se que o valor estimado dos serviços não seja publicizado até a finalização da etapa de lances. Entende-se que tal medida possa garantir a oferta de lances mais baixos e, consequentemente, contratação a preços mais vantajosos ao Regional.

Há outras formas de pesquisa de preços que possam ser utilizadas?

Não.

Há variações significativas entre os preços obtidos que justifiquem a desconsideração de algum deles?

Sim. Calculou-se o coeficiente de variação dos orçamentos coletados, a fim de avaliar o grau de dispersão dos dados em torno da medida de centralidade (média). Em itens onde o coeficiente de variação foi igual ou inferior a 25%, o preço estimado utilizado foi a média dos orçamentos válidos, e, nos itens onde o coeficiente de variação foi superior a 25%, o preço estimado utilizado foi a mediana dos valores.

É adequada a pesquisa de preços por meio da técnica Composição de Custos Unitários + BDI?

Não, uma vez que não se trata de obra ou serviço de engenharia.

No caso de utilização da Composição de Custos Unitários + BDI, quais as fontes de preços a serem usadas e qual a justificativa para sua escolha? Trata-se de obras e serviços de Engenharia? Se sim, deve-se observar o art. 23, §2º da Lei 14.133/21:

Não se aplica.

MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS OU PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO

Verificar Anexo II – Mapa Comparativo de Preços, tendo em vista se tratar de uma relação grande de itens e pelo fato de se tratar de licitação com valor estimado sigiloso.

VII – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso, deverá ser feita neste tópico.

Contratação de empresa especializada na produção e organização de eventos esportivos, para prestação dos serviços de planejamento operacional, organização, execução, acompanhamento e fornecimento de bens, infraestrutura e apoio logístico de caminhada de rua, a ser realizada no mês de outubro de 2025, preferencialmente, ou no mês de novembro de 2025, nas imediações do edifício-sede do TRT 3ª Região, localizado na Avenida Getúlio Vargas.

Os itens e quantitativos que compõem a contratação são apresentados em tabela anexa a este documento (Anexo I - Relação de Itens e Quantidades).

VIII – JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Qual o maior nível de parcelamento da solução? Justifique.

O parcelamento da solução não é tecnicamente viável pois, conforme já mencionado, existe a necessidade de que todos os itens sejam fornecidos em etapa única, de forma coordenada, visando garantir a qualidade do serviço. Desta maneira, optou-se pela contratação de empresa especializada na produção e organização de eventos esportivos, em detrimento da contratação dos itens separadamente.

Além da importância de o evento ficar sob a responsabilidade de uma só empresa, a aquisição dos itens de forma isolada poderia fazer com que alguns deles restassem desertos ou fracassados, comprometendo ou até mesmo inviabilizando a sua realização.

A escolha de uma única empresa também é mais econômica, já que possibilita a economia de escala.

IX – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (ECONOMICIDADE E MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS)

Quais são os benefícios diretos e indiretos a serem produzidos com a contratação?

Os benefícios diretos e indiretos a serem produzidos com a contratação são: divulgar a importância da saúde e segurança no trabalho; sensibilizar a sociedade para os prejuízos pessoais e sociais do trabalho infantil; demonstrar os benefícios do contrato de aprendizagem para a formação profissional dos jovens; difundir a busca da promoção da equidade de raça, gênero, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, etária e de pessoas com deficiência, bem como das demais dimensões da diversidade nas relações sociais e de trabalho; divulgar a importância das ações de enfrentamento ao trabalho escravo, ao tráfico de pessoas e de proteção ao trabalho do migrante; fomentar ações de saúde e prática de atividade física; e promover a ética e a cidadania.

Qual é a descrição do objeto suficiente para que a contratação produza os resultados pretendidos pela Administração?

Por ser um evento de grande proporção a ser realizado em área pública que não dispõe de estrutura física instalada e adequada, faz-se necessária a locação de materiais, equipamentos e serviços, visando ao conforto e à segurança dos participantes.

Desta forma, o evento esportivo demandará a criação de sítio eletrônico para as inscrições, fornecimento e disponibilização de estrutura e pessoal para entrega de camisas, a instalação de estruturas como palco e tendas, equipamento de sonorização, colocação de grades de proteção e cones para demarcação e isolamento das vias públicas, instalação de banheiros químicos, de suporte médico (para o caso de alguma emergência), fornecimento de água e fruta aos participantes, contratação de pessoal para trabalhar no evento, além de necessidade de alvarás e autorizações junto a órgãos públicos, dentre outros.

Como já informado, foram observados os mesmos itens e quantitativos definidos para a contratação de 2024, a qual possuía idêntico percurso e público estimado de 2.000 (duas mil) pessoas, feitas as devidas correções para o quantitativo de 1.500 (mil e quinhentas) pessoas, tais como nos itens camisas, medalhas e números de peito, além de pequenos ajustes/acréscimos de itens, para aprimoramento da prestação dos serviços, haja vista a experiência anterior, alcançando-se a contratação de 80 itens para que o evento ocorra com segurança e conforto aos participantes e público em geral (Anexo I - Relação de Itens e Quantidades).

X – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Quais as providências para adequar o ambiente organizacional em que a solução será implantada? Quais serão os agentes responsáveis por esta adequação?

Não há necessidade de adequação do ambiente organizacional.

Será necessária a adoção de providências pela Administração, tais como: liberação de espaço, retirada de equipamentos, capacitação de servidores designados para fiscalização e gestão contratual?

A entrega dos kits/camisas será feita no saguão do edifício-sede do TRT 3ª Região, conforme ocorrido na contratação da caminhada em 2024 e 2023, o que foi autorizado pela Exma. Desembargadora Presidente deste TRT 3ª Região, conforme Anexo V – Entrega de camisas para a caminhada.

Qual a equipe e a estratégia de fiscalização adequada ao objeto?

O gestor da contratação será o servidor do Núcleo de Apoio aos Programas Institucionais, Guilherme Peixoto Resende.

A fiscalização administrativa será de responsabilidade das servidoras Raquel Nunes de Souza Olsen, lotada no Núcleo de Apoio a Projetos Institucionais, e Andressa Aparecida Carvalho Moura, lotada na Assessoria de Projetos e Contratações Especiais, tendo como substitutos eventuais, respectivamente, Izabel Nogueira de Goes, lotada na Assessoria de Projetos e Contratações Especiais, e Clara Angélica Vieira Passos Rocha, lotada na Assessoria de Projetos e Contratações Especiais.

Atuarão como fiscais técnicos os servidores Rodner Rodrigues Madureira de Almeida, lotado na Secretaria de Saúde, Cassiano Carneiro da Cunha Nóbrega Neto, lotado na Secretaria de Comunicação e Pedro Jorge Albuquerque Tavares, lotado na Secretaria de Engenharia, tendo como substitutos eventuais, respectivamente, Jaqueline Pereira Lana, lotada na Secretaria de Saúde, Antônio Carlos Caldas Cordeiro, lotado na Secretaria de Comunicação e Breno Dias Rodrigues, lotado na Secretaria de Engenharia.

Os servidores estarão munidos de planilhas no momento da fiscalização, de modo a guiar e facilitar o trabalho.

Ressalte-se que a servidora Elaine Petrocchi da Costa Vieira, embora figure como responsável pela unidade requisitante no Documento de Formalização da Demanda, não comporá a equipe de contratação como integrante administrativo.

Qual o prazo limite para a conclusão da contratação?

Para que o evento seja realizado em 26 de outubro de 2025, preferencialmente, ou em 16 de novembro de 2025, é necessário que a contratação seja concluída até o final de julho de 2025.

Quais as medidas necessárias para buscar a conclusão da contratação em tempo hábil?

Acompanhar a tramitação do processo nas unidades envolvidas do Regional e solicitar prioridade na análise/autorização.

XI – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Será necessária alguma contratação correlata ou interdependente como: seguros, acréscimos em contratos já existentes, treinamentos, levantamentos específicos?

Não. Todas as demandas serão supridas por meio da presente contratação.

Haverá necessidade de contratação de serviços de suporte à fiscalização?

Não.

XII – DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

Quais os critérios de sustentabilidade aplicáveis ao objeto?

Aplica-se, no que couber, a Lei n. 12.305/2010, que dispõe sobre a instituição da Política Nacional de Resíduos Sólidos, e o *Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho*, aprovado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), por meio da Resolução CSJT n. 310/2021, em especial no que se refere à coleta, transporte, tratamento e descarte dos resíduos sólidos a serem produzidos no evento.

Devem ser incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos?

Não é o caso.

LEVANTAMENTO DE RISCOS ESPECÍFICOS:

Vide Caderno 4 – Mapa de Riscos.

SERVIÇOS AVALIAÇÃO ACERCA DA ESSENCIALIDADE E CONTINUIDADE DOS

Trata-se de obrigação de fazer, ainda que eventuais entregas de materiais constituam obrigação acessória?

Sim.

A necessidade do serviço se prolonga no tempo, de modo que não é possível vislumbrar seu encerramento, sendo necessária a renovação do contrato em longo prazo?

Não.

Eventual falta do serviço pode impactar negativamente na atividade-fim da unidade ou em serviço por ela prestado?

Não.

A solução ou parcela da solução constitui um serviço continuado?

Não.

Em caso de serviço continuado, qual a duração inicial e a duração máxima do contrato?

Não se aplica.

XIII - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA

A realização da caminhada, com base no estudo realizado, se mostra viável e perfeitamente adequada à necessidade colocada pela Administração, motivo pelo qual a equipe de planejamento da contratação conclui pela proposição de abertura de licitação para promoção da contratação.

ASSINATURA DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Integrante demandante:	
Integrantes Técnicos:	
Integrantes Administrativos:	